

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	8
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	9
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	10
2.5 Medições não contábeis	11
2.6 Eventos subsequentes as DFs	13
2.7 Destinação de resultados	14
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	16
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	17
2.10 Planos de negócios	18
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	19
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	20
5.2 Descrição dos controles internos	23
5.3 Programa de integridade	27
5.4 Alterações significativas	31
5.5 Outras informações relevantes	32

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

As avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção desse órgão de gestão sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras relativas: (i) aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

2.1. A respeito de cada um dos itens listados abaixo, os Diretores comentam o quanto segue:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Heringer apresentou um volume de entregas de 2.294 milhões toneladas de fertilizantes, o que representou um aumento de 63,3% se comparado ao volume de entregas ocorrido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que foi de 1.405 milhões toneladas. A receita líquida no exercício de 2023 foi de R\$ 5.335,7 milhões, inferior em 6% quando comparada com a receita líquida apurada em 2022, de R\$ 5.675,1 milhões.

Com base nas demonstrações financeiras, os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de retomada e otimização de suas operações e de investimento em 2024, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que essas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira e mundial.

Na tabela 2.1 (a) abaixo são encontrados os principais indicadores de liquidez e financeiros da Companhia:

	2023	2022
Liquidez Corrente	1,1	1,5
Liquidez Seca	0,6	0,5
Liquidez Imediata	0,0	0,0
Liquidez Geral	0,8	1,0
Giro Estoques	72	104
Prazo médio Recebimentos	36	24
Prazo médio Pagamentos	101	84
Giro Ativo Permanente	10	12
Giro Ativo Total	2	2
Endividamento Geral	99,7%	87,8%
Cobertura de Juros	16,6	0,4
Cobertura de Pagamentos	0,1	0,2
Margem Bruta	0,2%	4,3%
Margem Operacional	-6,9%	-1,0%
Margem Líquida	-6,8%	-2,7%
Retorno sobre Ativo	-12,0%	-5,0%
Retorno sobre Patromonio Liquido	-480249,4%	-4085,8%
Lucro por Ação	-6,7030	-2,7958
Preço / Lucro	-1,1040	-6,1772

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### b) estrutura de capital

No dia 27 de junho de 2023, a Companhia realizou o leilão da oferta pública de aquisição de até a totalidade de suas ações ordinárias, e como resultado deste leilão, o Ofertante Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., adquiriu 15.345.407 (quinze milhões, trezentos e quarenta e cinco, quatrocentos e sete) ações, passando a ser titular de ações de emissão da Companhia, representativas de 79,98% de seu capital social total.

Sobre a Recuperação Judicial, em 28 de agosto de 2023, em linha com as obrigações do seu plano aprovado, a Companhia efetuou o pagamento dos juros aplicáveis aos credores de classe II e III e, em dezembro de 2023, realizou o pagamento da primeira parcela do montante principal da dívida.

Na tabela 2.1 (b) abaixo, pode-se verificar a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos findos em 2023 e 2022, considerando-se como percentual de capital (i) próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido, e (ii) de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$7,5 milhões, comparativamente a R\$ 368,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação negativa de 98,0%.

Tabela 2.1 (b)

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>AV</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>
Passivo (circulante e não circulante)	2.995,9	99,7%	2.648,7
Total do patrimônio líquido	7,5	0,3%	368,5
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.003,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.017,2</b>

Na avaliação dos Diretores da Companhia, a atual estrutura de capital apresenta um nível de alavancagem considerado como ponto de atenção. Ao avaliar as principais mutações do patrimônio líquido, podemos destacar os efeitos do resultado acumulado da Companhia.

A Administração da Companhia entende que as linhas de crédito que a mesma possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso, são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por uma empresa global e produtora de fertilizantes, tal fato, reforça a continuidade operacional. Com o advento da Recuperação Judicial homologada em 14 de fevereiro de 2020 e reflexos de reestruturação da sua dívida, a Companhia obteve então uma nova estrutura de capital onde parte significativa de suas dívidas passou a ser de longo prazo.

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Com a reestruturação da Companhia, aprovação do Plano de Recuperação Judicial e desde que as condições econômicas e de mercado fiquem favoráveis, a Diretoria acredita que com a geração de caixa operacional e com as diretrizes do plano de recuperação, seja possível honrar os compromissos financeiros assumidos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram a geração de caixa operacional, prazos de fornecedores, complementadas pelas operações de capital de giro no curto prazo (que se referem basicamente a fomentos mercantis e operações de desconto de recebíveis de curto com regresso, lastro nota fiscal).

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para a cobertura de deficiências de liquidez

Para a gestão do capital de giro de curto prazo, a Companhia pode utilizar-se de prazos de compra de fornecedores nacionais e de fornecedores internacionais, de linhas créditos de financiamentos de importações, de linhas de crédito para capital de giro junto ao mercado financeiro e de emissão de dívida no mercado local ou internacional (debêntures, bonds, entre outros).

Para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia poderá utilizar-se de linhas de longo prazo tais como: BNDES, linhas de financiamento de institutos multilaterais, emissão de dívida, entre outros.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve novos contratos de financiamentos de importação, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, conforme tabela 2.1 (i) abaixo, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Nos dois últimos exercícios sociais, não houve novos contratos de financiamentos de importação. O capital de giro para suportar as operações veio de antecipações de recebíveis e concessão de prazos por parte de fornecedores de matérias-primas.

Quadro 2.1 (i)

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de giro (a)	TR + 4% a.a.	TR + 4% a.a.	19.058	4.694
Operações de barter (b)	15,60% a.a.	15,60% a.a.	6.638	7.042
			25.696	11.736
Circulante			25.696	11.736
Não circulante			-	-
			25.696	11.736

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituição financeira. Ao final do exercício em 31 de dezembro de 2023, a companhia reconheceu o montante R\$ 19 milhões conforme apresentado em resposta das cartas circularização dos bancos, vistos que o grupo controlador anterior “família Heringer” realizou um aditivo em contratos de empréstimos da Companhia, dos quais a família Heringer concedeu garantias de imóveis particulares que foram alienados para honrar os saldos de empréstimos ora citados. Vale ressaltar que a Companhia é coobrigada a pagar os empréstimos em caso de eventual inadimplência do antigo grupo controlador, tal fato, caracteriza a necessidade de reconhecimento do passivo de empréstimos.

(b) Operações de barter

Refere-se à operação de barter junto com trading de café do estado de Minas Gerais, ao qual a companhia é avalista do produtor rural, mediante emissão de CPR (cédula do produtor rural) de café geralmente com vencimento de um ano. A operação se encerra após confirmação da entrega das sacas de café pela trading, onde a Companhia realiza encontro de contas entre contas a receber e empréstimos. Caso não seja honrada a CPR, a companhia reliza a devolução do recurso recebido antecipadamente e procede com a cobrança para liquidação do montante a receber.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, apresenta as dívidas em classes de acordo com a Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação Judicial, demonstradas no quadro 2.1 (ii) abaixo:

Quadro 2.1 (ii)

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Classe II – Garantia Real	156.842	161.832
Classe III – Quirografários	200.969	185.564
	<b>357.811</b>	<b>347.396</b>
Circulante	49.577	14.540
Não circulante	308.234	332.856

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos em nosso passivo não circulante, outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item 2.1(f)(i) do Formulário de Referência.

iii.grau de subordinação entre as dívidas

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social (31/12/2023)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real (R\$ mil)	68.635	38.349	68.176	9.023	184.184
Garantia Flutuante (R\$ mil)	0	0	0	0	0
Quirografárias (R\$ mil)	6.638	48.385	79.382	64.918	199.323
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>75.273</b>	<b>86.734</b>	<b>147.559</b>	<b>73.941</b>	<b>383.507</b>

Exercício Social (31/12/2022)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real (R\$ mil)	1.833	39.054	69.430	20.446	130.764
Garantia Flutuante (R\$ mil)	2.861	0	0	0	2.861
Quirografárias (R\$ mil)	7.042	48.445	78.895	91.126	225.507
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>11.736</b>	<b>87.499</b>	<b>148.325</b>	<b>111.572</b>	<b>359.132</b>

As dívidas estão subordinadas da seguinte forma: (a) com garantia real; (b) com garantia fluante; (c) dívidas quirografárias, sendo que, dentre essas tem direito de precedência o crédito referente ao pagamento antecipado de clientes.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não aplicável.

(i) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

(ii) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

#### **Demonstrações do Resultado**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais)					
	2023	%RL	2022	%RL	23 x 22
<b>Receita bruta de vendas</b>	5.486.719		5.797.531		-5,4%
Impostos e outras deduções de vendas	(151.050)		(122.397)		23,4%
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>5.335.669</b>	100,0%	<b>5.675.134</b>	100,0%	-6,0%
Custos dos produtos vendidos	(5.327.169)	-99,8%	(5.432.077)	-95,7%	-1,9%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>8.500</b>	<b>0,2%</b>	<b>243.057</b>	<b>4,3%</b>	<b>-96,5%</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(378.091)</b>	<b>-7,1%</b>	<b>(300.931)</b>	<b>-5,3%</b>	<b>25,6%</b>
Com vendas	(216.135)	-4,1%	(174.144)	-3,1%	24,1%
Gerais e administrativas	(165.635)	-3,1%	(91.913)	-1,6%	80,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.679	0,1%	(34.874)	-0,6%	110,5%
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	<b>(369.591)</b>	<b>-6,9%</b>	<b>(57.874)</b>	<b>-1,0%</b>	<b>538,6%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(22.273)</b>	<b>-0,4%</b>	<b>(161.296)</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-86,2%</b>
Receitas Financeiras	72.897	1,4%	70.278	1,2%	3,7%
Despesas financeiras	(193.801)	-3,6%	(289.550)	-5,1%	-33,1%
Variação cambial líquida	98.631	1,8%	57.976	1,0%	70,1%
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(391.864)</b>	<b>-7,3%</b>	<b>(219.170)</b>	<b>-3,9%</b>	<b>78,8%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>30.861</b>	<b>0,6%</b>	<b>68.599</b>	<b>1,2%</b>	<b>-55,0%</b>
Exercício Corrente	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Diferido	30.861	0,6%	68.599	1,2%	-55,0%
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>(361.003)</b>	<b>-6,8%</b>	<b>(150.571)</b>	<b>-2,7%</b>	<b>139,8%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(322.135)</b>	<b>-6,0%</b>	<b>(26.257)</b>	<b>-0,5%</b>	<b>1126,9%</b>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	(369.591)	-6,9%	(57.874)	-1,0%	538,6%
Depreciação e Amortização	47.456	0,9%	31.617	0,6%	50,1%

Descrição das principais contas da Demonstração do Resultado:

### Receita líquida de vendas

Em 2023, foi de R\$ 5.335,7 milhões, inferior em cerca de 6% quando comparada a de 2022, que foi de R\$ 5.675,1. Essa queda deve-se a redução dos preços das matérias primas no mercado internacional observada principalmente no primeiro semestre de 2023.

### Custo dos produtos vendidos

Em 2023, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 5.327,2 milhões, cerca de 2% inferior a 2022, representando 99,8% da receita líquida. No CPV, estão inclusos R\$ 1,2 milhões referentes aos custos da planta de Super Simples (SSP) e ácido sulfúrico em Paranaguá-PR, em função da paralisação temporária dessa planta. Em condições normais de operação, esses custos seriam agregados ao valor dos estoques de produtos acabados.

### Lucro Bruto

Em 2023, o lucro bruto foi de R\$ 8,5 milhões, representando uma redução de 96,5% em relação aos R\$ 243,1 milhões de 2022, e equivalente a 0,2% da receita líquida. Redução nos preços dos insumos no início do ano de 2023 acarretou em menores margens de vendas, porém, no segundo semestre, com uma leve retomada dos preços das matérias primas no mercado internacional, pode-se observar uma retomada dessas margens.

### Receitas (despesas) financeiras, líquidas

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 22,3 milhões, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 161,3 milhões de 2022. A valorização de mais de 7% do real perante ao dólar no ano de 2023, fizeram com que o acumulado do ano encerrasse o período com R\$ 98,6 milhões de variação cambial líquida positiva.

### Resultado líquido do exercício

Em 2023, o resultado líquido foi negativo em R\$ 361,0 milhões, contra ao resultado líquido negativo de R\$ 150,6 milhões de 2022, impactado principalmente pelo resultado financeiro líquido.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA	2023	2022	Δ % 23/22
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>(391.864)</b>	<b>(219.170)</b>	<b>78,8%</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	162.720	72.952	123,1%
<b>Resultado ajustado aos efeitos não caixa</b>	<b>(229.145)</b>	<b>(146.218)</b>	<b>56,7%</b>
Redução/(Aumento) nas contas de ativos	8.889	(86.922)	-110,2%
(Redução)/Aumento nas contas de passivos	331.400	670.981	-50,6%
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>111.144</b>	<b>437.841</b>	<b>-74,6%</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(148.134)</b>	<b>(24.317)</b>	<b>509,2%</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre</b>	<b>(36.990)</b>	<b>413.524</b>	<b>-108,9%</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>15.529</b>	<b>(381.778)</b>	<b>-104,1%</b>
	<b>(21.461)</b>	<b>31.746</b>	<b>-167,6%</b>
<b>Demonstração do Caixa</b>			
Caixa no início do período	62.393	30.647	103,6%
Caixa no final do período	40.932	62.393	-34,4%
<b>Variação do caixa no período</b>	<b>(21.461)</b>	<b>31.746</b>	<b>-167,6%</b>

As despesas que não afetam o caixa em 2023, foram cerca de 123,0% superiores às de 2022, principalmente compostas por provisões de estoques e depreciação;

- Aumento das contas do ativo que em 2022 havia sido de R\$ 86,9 milhões quando comparadas ao ano de 2021, foram basicamente concentrados nas contas a receber de clientes e estoques, em 2023, a redução dessas contas, no montante de R\$ 8,9 milhões, deve-se principalmente à redução na conta de estoques dado a diminuição no preço dos insumos durante o ano;
- Aumento nas contas do passivo, em 2022 no valor de R\$ 671,0 milhões e em 2023 R\$ 331,4 milhões, são compostas principalmente por fornecedores;
- Investimento líquido no valor de R\$ 148,1 milhões, superior em mais de 500% quando comparado a 2022, principalmente composto por obras para adequação das unidades, principalmente para atender normas de segurança e contratos de leasing;
- Fluxo de caixa positivo das atividades de financiamento, no valor de 15,5 milhões em 2023, superior em cerca de 104% quando comparado ao fluxo de caixa negativo das atividades de financiamento de 2022 que foi de R\$ 381,8 milhões.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Os diretores devem comentar

a) resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Administradores da Companhia entendem que a Receita bruta de vendas da Companhia advém principalmente da comercialização e distribuição de fertilizantes básicos, e produção, comercialização e distribuição de fórmulas NPK (nitrogenados, fosfatados e potássicos) e fertilizantes especiais a produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais e cooperativas, localizados em todo território nacional e exportação.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O alto custo dos insumos que formaram os estoques no final de 2022, bem como a constante queda no preço dos fertilizantes até meados de 2023, impactaram negativamente as margens das entregas do primeiro semestre de 2023. Com isso, o lucro bruto em 2023 sofreu uma queda de cerca de 96% quando comparado a 2022. Em 2023, houve uma redução na participação de produtos especiais entregues pela Companhia, afetada principalmente por um menor investimento em tecnologia por parte do agricultor. Com isso, os produtos especiais representaram 34% das vendas do ano, inferior em cerca de 23% quando comparado a 2022.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia atua no mercado de fertilizantes, que por sua vez tem seus preços de compras das matérias primas indexado ao dólar, bem como aos preços de matérias primas de fertilizantes no mercado local e internacional. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os preços médios dos fertilizantes no mercado internacional apresentaram redução, com destaque para Ureia e Cloreto de Potássio que reduziram 36% e 40% respectivamente, impactando consequentemente os preços no mercado doméstico.

A receita líquida sofreu uma redução de cerca de 6,0% em relação ao mesmo período de 2022, mesmo diante do aumento do volume entregue.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O resultado operacional da Companhia é afetado pela variação dos preços internacionais das matérias primas em dólares, pela variação do câmbio no custo dos produtos vendidos e no resultado financeiro. Em 2023, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 5.327,2 milhões, 1,9% inferior ao montante de R\$ 5.432,1 milhões de 2022, representando 99,8% da receita líquida.

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 22,3 milhões, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 161,3 milhões de 2022.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos exercícios sociais de 2023 e 2022 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais de 2023, 2022 e 2021 não existiram opiniões modificadas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de segmento operacional.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

- a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza-se das seguintes medições não contábeis, conforme tabela 2.5 (a):

	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	2023	2022
EBITDA	-322.135	-26.257
Margem EBITDA	-6,00%	-0,50%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”). O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido, adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social, pelas receitas (despesas) financeiras líquidas e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras empresas o adotarão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e a Margem EBITDA apresentados por outras empresas. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), não sendo, portanto, medidas de lucratividade. Adicionalmente, o EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos ao seu negócio, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente o resultado operacional, tais como o resultado financeiro, o imposto de renda e contribuição social e o custo e despesas de depreciação e amortização.

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela 2.5 (b) abaixo demonstra a reconciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras da controladora e auditadas:

2.5 Medições não contábeis

(R\$ MIL)	2023	% RL	2022	% RL	Δ % 23/22
Volume	2.294.026		1.404.678		63,3%
Receita Líquida	5.335.669	100,0%	5.675.134	100,0%	-6,0%
CPV	(5.327.169)	-99,8%	(5.432.077)	-95,7%	-1,9%
Resultado Bruto	8.500	0,2%	243.057	4,3%	-96,5%
Fretes e Comissões	(151.948)	-2,8%	(120.401)	-2,1%	26,2%
VG&A	(229.823)	-4,3%	(145.656)	-2,6%	57,8%
Outras receitas operacionais, Líquidas	3.679	0,1%	(34.874)	-0,6%	110,5%
EBITDA	(322.135)	-6,0%	(26.257)	-0,5%	1126,9%
Resultado Financeiro Líquido	(22.273)	-0,4%	(161.296)	-2,8%	-86,2%
Resultado Líquido	(361.003)	-6,8%	(150.571)	-2,7%	139,8%

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração da Companhia entende que o LAJIDA (EBITDA) além de ser uma métrica muito utilizada pelos analistas, bancos e investidores, contribui para um melhor entendimento do resultado da operação e da geração de caixa, uma vez que não é afeto por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização. Além disso, a Administração da Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos. Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

**2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum evento subsequente descrito nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 que as altere significativamente.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Além das reservas legais, o Estatuto Social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.</p> <p>O Estatuto Social também prevê que a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, reserva esta que não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% (cinco por cento) e não superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.</p> <p>Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a Resolução CVM 96/22, que aprovou a consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 07, que trata da subvenção e assistências governamentais. Desde 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de lucros – Incentivos fiscais. Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios.</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	2023
	exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404, de 1976, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não está sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, visto que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras que norteiam a destinação dos resultados da Companhia encontram-se no Estatuto Social da Companhia e na legislação e/ou regulamentação competentes.



## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31/12/2023, a Companhia tinha cerca de 230 mil toneladas em pedidos de carteiras a ser entregue a clientes.

- iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o exercício social de 2024, o CAPEX previsto é de R\$ 143,5 milhões, que será direcionado basicamente na aquisição de novos equipamentos e maquinários e reformas nas unidades fabris da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimentos com a sua geração própria de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Até a data de elaboração deste Formulário de Referência, a Companhia não desenvolveu planos para a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor despendido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 2,1 milhões em 2023.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor despendido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 2,1 milhões em 2023

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Atualmente a Companhia não possui iniciativas relacionadas a questões ASG em estágio avançado e, portanto, nenhuma foi considerada em seu plano de negócios até o momento.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

No ano de 2023 não foram identificados outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia, além dos citados nos outros itens desta seção.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia implementou a Política de Gestão de Riscos em 31 de agosto de 2023 (“Política”), data na qual a primeira versão da Política foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração. Em 28 de março de 2024, a segunda versão revisada e alterada da Política foi submetida e aprovada em reunião do Conselho de Administração.

A Política pode ser consultada no link <https://ri.heringer.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>

### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política é estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a permitir a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos visando a perpetuidade dos negócios da Companhia.

### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Os riscos corporativos aplicáveis à Companhia são agrupados em quatro categorias:

- Riscos Estratégicos: associados à tomada de decisões da alta administração, podendo gerar perdas substanciais no valor econômico da organização. Geralmente são causados por alterações no ambiente externo que não estão sob controle da Companhia, incluindo riscos geopolíticos e econômicos, riscos de ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) etc.
- Riscos Operacionais: estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.
- Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:
  - a. Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, e dos preços dos commodities;
  - b. Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;
  - c. Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.
- Riscos Regulatórios, Legais e de Conformidade: são aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos internacionais, centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os riscos são identificados e avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência e os diversos impactos sobre o negócio da Companhia. A seguir, seguem etapas do processo de gestão de riscos da Companhia:

#### Identificação dos riscos

A etapa de identificação de riscos consiste em entender, reconhecer e registrar os riscos e fatores de riscos (que podem estar atrelados às naturezas de riscos estratégicos, operacionais, financeiros ou regulatórios aos quais a Companhia está exposta, considerando os mitigadores existentes e ações necessárias para mitigação, quando aplicável. O objetivo desta etapa é identificar eventos que podem afetar o plano estratégico e orçamentário da Companhia e considera aspectos qualitativos e quantitativos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Análise e avaliação dos riscos

A avaliação do risco identificado é o resultado da análise dos fatores de riscos capturados em combinação com o possível impacto e sua probabilidade. Esta avaliação proporciona um mecanismo de priorização destes riscos e, conseqüentemente, um direcionamento dos esforços para minimizá-los.

### Tratamento dos riscos

Após a identificação e avaliação dos riscos, define-se qual o tratamento que será dado, conforme opções abaixo:

- “Assumir”: Consiste em não definir nenhuma ação ou controle adicional ao risco, mas manter o monitoramento sobre ele;
- “Mitigar”: Consiste em definir ações ou controles que reduzem a probabilidade e/ou o impacto em caso de materialização do risco;
- “Compartilhar/Transferir”: Consiste em dividir o risco com outras corporações que ressarcirão parte ou toda a perda (ex.: seguradora) ou se responsabilizarão por processos ou atividades em risco (ex.: terceiros) e, por consequência, pelos impactos;
- “Eliminar/Evitar”: Consiste em abandonar ou não se envolver com um situação de risco.

### Monitoramento

Os riscos identificados e as respectivas respostas para a devida mitigação, devem ser monitorados, reavaliados e reportados aos fóruns adequados, pelas Áreas Proprietárias dos Riscos, permitindo assim a evolução do processo de gestão de riscos na Companhia.

#### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme as melhores práticas de mercado, a Heringer mantém uma estrutura organizada responsável pela definição e acompanhamento das diretrizes para o gerenciamento de riscos que abrange o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Ética e Compliance (“Comitê de Transparência”), a Diretoria Executiva, as Áreas de Negócio, as Áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos e a Área de Auditoria Interna.

A gestão de riscos corporativos é feita de acordo com o conceito das três linhas de defesa, descritas abaixo e exemplificadas na figura 2, de forma a manter os riscos a um nível que proporcione garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos:

- 1ª. Linha de Defesa:** é composta pelas áreas de negócio da Companhia responsáveis pela execução de processo, riscos, e oportunidades que gerenciam e denominadas como áreas proprietárias do risco, ou “donos” do risco;
- 2ª. Linha de Defesa:** é composta pelas áreas de suporte e estruturas de controle da Companhia, que devem instrumentalizar os gestores da primeira linha para o correto gerenciamento dos riscos; e
- 3ª. Linha de Defesa:** é composta pela Área de Auditoria Interna da Companhia, atuando com um olhar independente para verificar a eficácia do modelo de gestão de riscos e eficácia das medidas mitigatórias.

A Diretoria Executiva é responsável sobre a gestão de riscos para todas as linhas de defesa juntos com o Conselho da Administração, Conselho Fiscal, Comitê de auditoria e Comitê de Transparência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

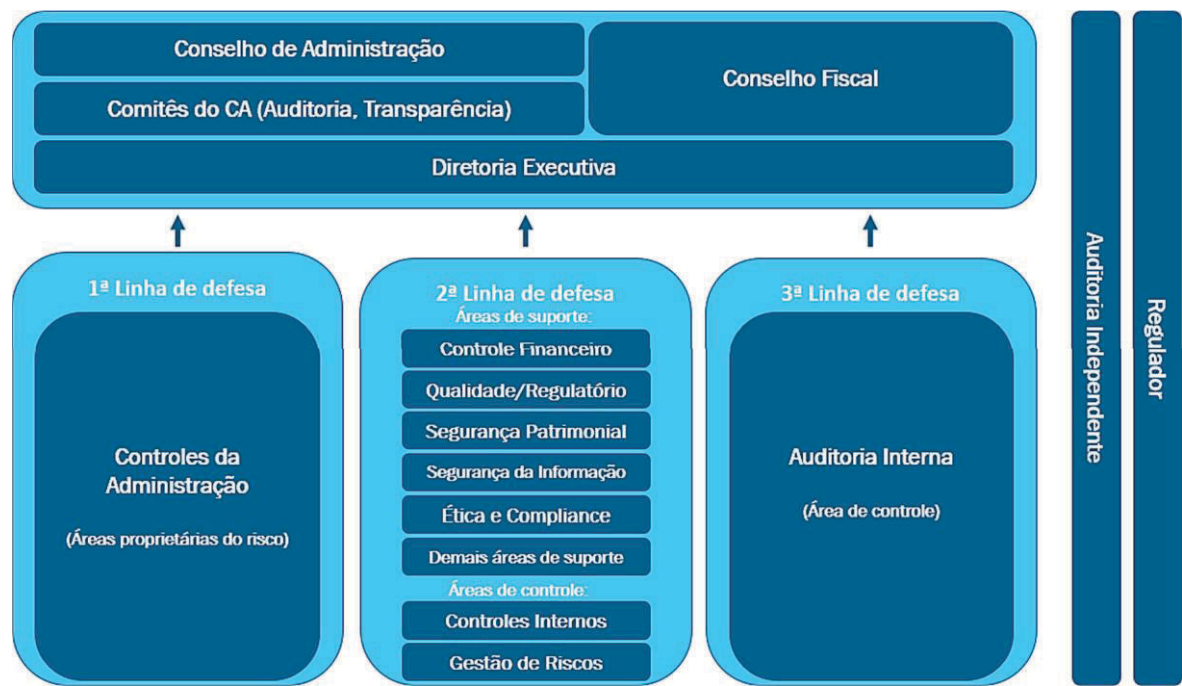


Figura 2 - As Três Linhas de Defesa no Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles apresentado no Caderno de gerenciamento de riscos corporativos, com adaptações.

Destaca-se que a Companhia contratou a Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda inscrita no CNPJ nº 09.286.707/0001-80, CRC 2SP024818/0-5 e cadastro na CVM nº. 10960, com sede na Rua Conceição, nº 233, 23º andar, cj. 2310, Centro, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP: 13.010-916, para atuar como auditor interno, sendo responsável pelo monitoramento e acompanhamento das principais práticas de controles internos da Companhia.

As demais informações sobre a estrutura organizacional de gerenciamento de rsicos estão disponíveis para consulta no link <https://ri.heringer.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A administração e diversos colaboradores da Companhia monitoram e avaliam, por meios que a Companhia considera adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas pela Companhia e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos seus objetivos.

O trabalho de gestão de riscos deve ser executado por profissionais com expertise na área, que tem como princípio avaliar de forma equilibrada as circunstâncias relevantes e apresentar julgamentos sem influência de interesses particulares ou opiniões alheias.

Neste sentido, a Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da Política.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pela implementação e manutenção dos controles internos a fim de garantir, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros, a preparação, e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia utiliza o ERP SAP, dentro das melhores práticas recomendadas pelas principais auditorias, inclusive com utilização do módulo SAP GRC AC (*Governance, Risk and Compliance – Access Control*). O checklist detalhado adotado pela Companhia, com todas as atividades que possam impactar a elaboração das demonstrações financeiras tem-se mostrado eficaz. Tais processos buscam fornecer, aos acionistas e credores da Companhia, segurança e confiabilidade nas informações divulgadas em suas demonstrações contábeis.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira juntamente com a Gerência de Contabilidade e de Controladoria são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, reportando-se ao Conselho de Administração, fazendo todo o monitoramento do sistema de controles internos da Companhia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos da Companhia têm acompanhamento da Diretoria, das gerências de Controladoria e TI, com validação da auditoria externa.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Durante a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes consideram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2023, oportunidade em que identificaram os assuntos descritos na tabela abaixo como deficiência significativa e apresentaram as respectivas recomendações sobre cada um deles.

Assunto	Recomendação
1) Ausência de controles de compras - aprovações, limites de alçada	Recomendamos que a administração implemente processos e controles para a adequada mensuração e reconhecimento das compras. Considerando controles que enderecem (a) avaliação dos fornecedores; (b) saneamento da base de fornecedores; (c) determinar critérios para categorização dos terceiros; (d) definir aspectos (ESG, Compliance, Segurança da Informação, etc.) de avaliação do nível de risco para cada categoria de terceiros e modelo de avaliação; (e) estruturar novo processo de avaliação e contratação de terceiros com base nas melhores práticas de mercado; (f) estabelecer critérios e nível de profundidade da gestão e monitoramento de terceiros; (g) definir Terceiros passíveis de Avaliação aprofundada de riscos (pesquisa de mídia, background check, dentre outros); (h) realizar Avaliação de Riscos dos Terceiros definidos junto aos principais stakeholders da Companhia; (i) avaliar a estrutura de governança corporativa; (j) desenvolver e validar recomendações quanto às regras de negócio e procedimentos de governança a serem adotados; (k) definir papéis e responsabilidades/ indicadores; (l) elaborar cenários de curto, médio e longo prazo para o modelo proposto, além de roadmap de implantação dos processos de monitoramento e melhoria contínua
2) Ausência de controles na gestão do Canal de Denúncias da Companhia	Recomendamos que a Companhia realize uma revisão e readequação nos procedimentos de gestão e análise do canal de denúncias.



## 5.2 Descrição dos controles internos

### (e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

#### 1) Ausência de controles de compras – aprovações, limites de alçada

Com a aquisição do controle indireto da Companhia pela Eurochem, uma das prioridades foi o mapeamento de procedimentos até então existentes e implementação de ações para mitigação das deficiências identificadas.

Dentre as principais ações desenvolvidas pelo time de Controle Internos desde o segundo semestre de 2023, destacam-se:

- Avaliação interna do procedimento de compras indiretas da Companhia, cujos resultados já foram devidamente compartilhados com o time de auditoria externa competente;
- Em julho de 2023, reestruturação e redefinição do escopo do time de Compras da Companhia, que passou a ser também responsável pela contratação de serviços. Importante mencionar que antes da aquisição do controle indireto da Companhia pela Eurochem, o time de Compras não era envolvido na seleção e contratação de prestação de serviços, o que facilitou a ocorrência da fraude atualmente em investigação. Para formalizar a mudança mencionada acima e incluir outros aprimoramentos no processo de compras e que refletem melhor governança, foi elaborada uma nova Política de Compras Indiretas para a Companhia, em conjunto com a consultoria especializada da Alvarez&Marsal (já apresentada aos auditores aplicáveis);
- Em novembro de 2023, implementação de “*Segregation of Duties*” por meio da inclusão do time de Compras no *workflow* de aprovação da Companhia. Com isso, a área de Compras passou a participar do fluxo como aprovador primário enquanto as respectivas áreas de negócio como os aprovadores secundários dos pedidos de compra. Ou seja, desde então, os pedidos de compras não são liberados sem a devida aprovação por parte do time de Compras. A mudança mencionada acima encontra-se prevista na revisão da Política de Limites de Alçadas e Aprovações da Companhia (já apresentada aos auditores aplicáveis), a qual foi atualizada para contemplar o contexto de melhoria dos processos de compras da Companhia.

Adicionalmente, considerando o contexto que deu origem à fraude investigada na Companhia, ficou evidente a necessidade de realização de limpeza e saneamento da base de fornecedores de compras no sistema SAP. Neste contexto, foi realizado projeto emergencial pela consultoria Alvarez&Marsal para checagem e homologação de todos os fornecedores de compras indiretas que tiveram pedidos vinculados à Companhia no período de setembro de 2021 até setembro de 2022, totalizando cerca de 2.400 fornecedores avaliados em caráter emergencial.

Este projeto foi dividido em duas fases, sendo que a Fase 01 contemplou checagem de dados gerais para todos os fornecedores contemplados e a Fase 02 se constituiu em aprofundamento e checagens específicas dos cerca de 120 fornecedores que apresentaram algum ponto de atenção durante a Fase 01. Ao final do trabalho, fornecedores identificados com potenciais riscos foram submetidos ao time de Compliance para monitoramento.

Feita a avaliação dos fornecedores, foi iniciada a limpeza da base de fornecedores da Companhia. Considerando um total de cerca de 38 mil registros vinculados aos grupos de fornecedores abrangidos pela análise, cerca de 26.768 códigos de fornecedores foram inativados no SAP.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Paralelamente ao Projeto Emergencial para saneamento da base de fornecedores cadastrados no SAP, foi implementado o procedimento prévio de checagem (*Know Your Counterparty* – “KYC”), visando garantir que as novas empresas cadastradas no sistema cumpram com requisitos mínimos de conformidade, de acordo com o risco envolvido em cada contratação. Para tanto, foi contratada a plataforma Sertras, empresa responsável por desenvolver um portal de homologação de fornecedores e por efetivamente realizar as análises necessárias.

Visando privilegiar a manutenção de uma base idônea, definiu-se, ainda, que apenas os fornecedores homologados ao menos no formato simplificado da Sertras poderão ser objeto de solicitação de cadastro ou reativação no SAP da Companhia. Gradativamente, à medida em que realizadas as cotações e selecionados os vencedores de cada BID para contratação, elevou-se também o nível de exigência da Companhia para a efetiva homologação do fornecedor – condição *sine qua non* para assinatura do contrato entre a Companhia e a contraparte em questão.

A Companhia também revisou as alçadas de compras indiretas e diretas juntos com uma revisão da política de compras no último trimestre de 2023.

Por fim, para além da necessidade de melhora dos controles internos sistêmicos relacionados à aprovação de compras, limites de alçada e implementação de procedimento de KYC, foi possível identificar também a necessidade de revisão e implementação de melhorias estruturais nos processos de Compras P2P e Gestão de Riscos de Terceiros. A consultoria especializada Alvarez&Marsal foi também contratada para gerir estes dois projetos, os quais encontram-se em fase avançada de implementação e adequação junto aos sistemas da Companhia.

### 2) Ausência de controles na gestão do canal de denúncias da Companhia

Previamente à aquisição indireta do controle acionário por parte da EuroChem, a Companhia utilizava Canal de Denúncias operado pela empresa argentina Resguarda. Até então, a Companhia não possuía um departamento de Compliance e Controles Internos autônomo, sendo que determinados colaboradores eram incumbidos de analisar os relatos recebidos pelo canal Resguarda de forma pontual e esporádica. Assim, a incorporação das práticas de Compliance da EuroChem para a Companhia foi tratada como prioridade pela alta administração da EuroChem.

Dentre as principais medidas adotadas neste sentido, destacam-se:

- Imediata atualização do Código de Ética e Conduta da Companhia, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 08/08/22.
- Disponibilização de treinamento online sobre as novas regras de Ética e Conduta para todos os colaboradores, bem como realização de variadas sessões presenciais para a liderança da Companhia nos dias 10/06/22, 15/06/22 e 16/08/22.
- Disponibilização do Canal de Denúncias da EuroChem (Aliant) para fins de recebimento de relatos relacionados com a Companhia e respectiva divulgação desta nova plataforma para todos os colaboradores.
- Apesar da incorporação do novo Canal de Denúncias da EuroChem, o canal que era até então utilizado foi mantido ativo (Resguarda), com o objetivo de continuar captando relatos eventualmente feitos por meio de tal plataforma. O time de Ética e Compliance da EuroChem atualmente tem acesso ao canal Resguarda e trata todos os relatos de forma integrada, realizando a triagem e priorização de todos os casos de acordo com o risco e os possíveis impactos de cada um dos casos recebidos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Além disso, o Departamento de Ética e Compliance da EuroChem se tornou o time competente para receber e investigar todos os relatos apresentados via Canal de Denúncias e que tratem da Companhia. Ou seja, após a integração entre as empresas, a Companhia passou a contar com um time de Compliance autônomo e dedicado ao recebimento e investigação dos relatos apresentados via Canal de Denúncias. Cumpre ressaltar que, atualmente, a gestão do Canal de Denúncias da Companhia segue os mesmos procedimentos adotados internamente pela própria EuroChem e possui acesso restrito ao Departamento de Ética e Compliance.
- Adicionalmente, buscou-se formalizar uma governança para deliberação sobre as denúncias envolvendo a Companhia. Em 31/10/22, foi aprovado pelo Conselho de Administração a criação do Comitê de Transparência da Companhia, órgão responsável por deliberar sobre todas as denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias da EuroChem e, eventualmente, do canal Resguarda.
- Nas reuniões do Comitê de Transparência da Companhia o time de Compliance é responsável por apresentar todos os relatos de impacto alto e crítico recebidos e o resultado das investigações, além de propor a conclusão e as medidas de mitigação aplicáveis. Cabe ao Comitê deliberar sobre os casos apresentados e sobre as investigações conduzidas, podendo acatar ou não as sugestões apresentadas pelo time de Compliance.
- Além disso, relatos com evidências de materialidade relacionados a possíveis fraudes envolvendo a Companhia são compartilhados com a Alta Administração da Companhia e com os auditores externos aplicáveis. Tal procedimento será mantido até a conclusão da investigação externa e poderá eventualmente ser retomado, caso identificada necessidade neste sentido.
- Adicionalmente, uma das ações preventivas em temas de Ética e Compliance em implementação na Companhia é o Formulário de Mapeamento de Conflito de Interesses aos colaboradores da Companhia que possuem acesso a e-mail. Tal mapeamento tem por objetivo garantir aos colaboradores a possibilidade de autodeclaração em temas relacionados a possíveis conflitos de interesses e permite a atuação imediata da equipe de Ética e Compliance. Até o momento, foram obtidas 650 respostas, de um total de cerca de 1.300 colaboradores. As principais situações de conflito de interesses foram avaliadas pelo Comitê de Transparência da Companhia e servirão de precedente para o encaminhamento de todas as situações semelhantes identificadas daqui para frente.
- Em 2024, a Companhia está dedicada a dar continuidade as ações de treinamento e conscientização dos colaboradores em relação à temas de Ética e Compliance – dentre eles o tópico de denúncias via Canal a partir de ações de comunicação interna.

A partir do exposto, a Companhia entende que as medidas e melhorias descritas acima relacionam-se diretamente com o ponto de controle interno identificado e, em conjunto com as evidências apresentadas, são capazes de conferir segurança aos auditores sobre as recentes melhorias implementadas nos procedimentos de recebimento, tratamento, investigação e gestão dos relatos recebidos por meio dos atuais Canais de Denúncias da Companhia.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

A Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos internos de integridade a fim de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira:

- 1) Código de Ética e Conduta;
- 2) Canal de Transparência operado por empresa terceirizada, para recebimento denúncias;
- 3) Área independente e dedicada exclusivamente a conduzir os temas relacionados à ética e integridade (Departamento de Ética e Compliance);
- 4) Comitê de Transparência para tomada de decisões colegiadas;
- 5) Análise de riscos de Compliance aplicáveis ao negócio;

Além disso, os riscos de conformidade são periodicamente analisados pelo Departamento de Ética e Compliance, com apoio do departamento Jurídico, e os procedimentos e práticas de integridade são revisados sempre que necessário.

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

A gestão do Código de Ética e Conduta e do Canal de Transparência da Companhia é feita pelo Departamento de Ética e Compliance, equipe integralmente dedicada aos temas de integridade e conduta ética na Companhia. Tal departamento é formado por um especialista, um analista e um trainee, os quais reportam diretamente para o Gerente Sênior de Compliance e para a Vice-Presidente de Jurídico e Desenvolvimento Organizacional.

No que tange à definição da estratégia adotada em relação à temas de integridade, bem como deliberação acerca de investigações internas com relevante grau de risco, o Departamento de Ética e Compliance reporta diretamente ao colegiado que forma o Comitê de Transparência da Companhia. Tal Comitê é composto por no mínimo 6 membros permanentes da administração (Gerentes e VPs), representantes das seguintes áreas:

- Jurídico/Compliance;
- Distribuição;
- Saúde/Segurança/Meio Ambiente;
- Finanças;
- Comercial/Suprimentos;
- Pessoas/Cultura.

O Comitê foi formalmente instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2022. Dentre as principais atribuições do Comitê de Transparência, destacam-se:

### 5.3 Programa de integridade

- Debater e deliberar acerca de irregularidades, denúncias ou desvios de conduta que envolvam Diretores (estatutários e não estatutários), membros do Conselho de Administração da Companhia e/ou da Gerência de Compliance e Controles Internos;
- Propor, ao Conselho de Administração, alterações ao texto do Código de Ética e Conduta, na busca de sua renovação, perenidade e modernidade, de modo que esteja alinhado com as mudanças exigidas pela sociedade e/ou legislação na condução ética e transparente dos negócios;
- Acompanhar os relatos recebidos pela Gerência de Compliance e Controles Internos via Canal de Transparência, bem como deliberar sobre os casos e resultados das investigações internas, sempre que solicitado pelo Conselho de Administração e/ou pela Gerência de Compliance e Controles Internos;
- Auxiliar a Gerência de Compliance e Controles Internos a garantir a não-retaliação aos denunciantes de boa-fé e a disseminar o conhecimento e o devido cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia;
- Fomentar uma cultura ética e preventiva, baseada nos valores da Companhia (transparência, trabalho em equipe e colaboração) e nas Regras de Ouro de Saúde e Segurança;
- Garantir a proteção dos dados pessoais e/ou sensíveis de quaisquer envolvidos nas denúncias, mantendo o devido sigilo e confidencialidade necessários à apuração dos casos.

***iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2023, o qual aborda tópicos como:

- Princípios éticos da Companhia;
- Confidencialidade e proteção das informações;
- Segurança e responsabilidade socioambiental;
- Conflito de interesses;
- Insider Trading;
- Anticorrupção e Suborno;
- Relacionamento com agentes públicos;
- Discriminação e Assédio;
- Cidadania e Direitos Humanos;
- Dentre outros.

***• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

Todos os funcionários da Companhia, independentemente de cargos ou níveis hierárquicos, devem seguir à risca as disposições previstas no Código de Ética e Conduta. Parceiros de negócios que mantenham qualquer tipo de relação direta ou indireta com a Companhia também devem se atentar e obedecer aos parâmetros de conduta fixados no documento, sem prejuízo da necessidade de observação de regras específicas. Por definição, parceiros de negócios são todos os fornecedores, prestadores de serviços, distribuidores, revendedores, intermediários, associados, consultores, ou parceiros em geral da Companhia.

***• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Atualmente, a Companhia disponibiliza a todos os colaboradores acesso a Plataforma de conteúdos e treinamentos gerenciada pelo time de Recursos Humanos, no qual consta treinamento completo sobre o conteúdo do Código de Ética e Conduta e sobre as principais regras que devem ser seguidas pelos colaboradores. Este treinamento conta, inclusive, com avaliação de resultado do colaborador no treinamento e emissão de certificado de conclusão.

### 5.3 Programa de integridade

Além disso, o departamento de Ética e Compliance realizou treinamentos presenciais sobre o Código de Ética e Canal de Transparência em 2023 e dará continuidade a estes treinamentos em 2024. Conforme previsto no próprio Código, prevê-se que os treinamentos tenham frequência anual, ou sempre que for necessário, podendo ser realizados por meios físicos, virtuais, dentre outras formas de comunicação.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Em casos de violação às disposições do Código de Ética e Conduta, as seguintes medidas disciplinares serão aplicáveis, conforme previsão do próprio Código:

- (i) Advertência verbal: em casos de baixa gravidade, o Colaborador será advertido verbalmente pelo gestor responsável ou pelo RH, de forma respeitosa e em local adequado;
- (ii) Advertência escrita ou suspensão: em casos de baixa gravidade com reincidência, o Colaborador será advertido verbalmente pelo gestor responsável e pelo RH, de forma respeitosa e em local adequado, devendo assinar o formulário próprio contendo os motivos da aplicação da medida;
- (iii) Dispensa sem justa causa: em casos de assédio moral, assédio sexual, discriminação ou outras condutas proibidas de média ou alta gravidade, ou, ainda, quando for detectada reincidência, quando não houver elementos que autorizem a justa causa, haverá o rompimento do contrato de trabalho por iniciativa do empregador com o pagamento de todos os direitos do Colaborador;
- (iv) Dispensa por justa causa: em casos de assédio moral, assédio sexual, discriminação, fraudes, desvios ou favorecimentos indevidos, ou outras condutas proibidas de média ou alta gravidade, ou, ainda, quando for detectada reincidência, quando configurada uma falta grave do Colaborador, haverá a rescisão do contrato de trabalho, na forma prevista em lei.
- (v) Qualquer violação do Código de Ética e Conduta envolvendo um ato criminoso será reportada às autoridades competentes e poderá resultar em processo criminal contra os envolvidos.
- (vi) No mesmo sentido, parceiros de negócios poderão ter multas aplicadas ou contratos rompidos em caso de violações, de acordo com as regras contratuais aplicáveis em cada caso. Relações comerciais também poderão ser revistas ou finalizadas.

Em complemento às disposições do Código de Ética e Conduta, a Companhia está em processo de aprovação de uma Política Corporativa de Gestão de Consequências, a qual valerá para todo grupo EuroChem na América do Sul.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2023 e pode ser consultado nos sites da CVM, B3 e da Companhia, [www.heringer.com.br/ri](http://www.heringer.com.br/ri).

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui um canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

**i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias da Companhia é operado pela empresa terceirizada Aliant/ICTS que tem atuação independente.

**ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5.3 Programa de integridade

O canal de denúncias da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias apresentadas por quaisquer indivíduos, sejam eles de terceiros, empregados, prestadores de serviço, ou quaisquer outros interessados em apresentar um relato.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O canal de denúncias da Companhia garante a possibilidade de elaboração de relatos anônimos, sem necessidade de inclusão de nenhuma informação que possa gerar a identificação do denunciante.

Adicionalmente, a própria Companhia, adota, em seu Código de Ética e Conduta, compromisso público de que o denunciante não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função de sua manifestação. Além disso, caso algum incidente do tipo venha a se concretizar, o time de Ética e Compliance é responsável por analisar o caso e apresentar a situação para tomada de medidas e deliberação por parte do Comitê de Transparência.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As apurações e penalidades de violação de Código de Ética e Conduta da Companhia são centralizadas no Departamento Ética e Compliance, sendo que o resultado das investigações é reportado para as estruturas do Comitê de Transparência da Companhia, de acordo com o grau de risco inerente da denúncia investigada.

Se necessário, investigadores externos podem ser contratados pelo time de Ética e Compliance para garantir total independência na apuração dos fatos e um Comitê de Investigação específico pode ser criado para gerir o caso em análise.

São previstos também fluxos especiais de avaliação, investigação e reporte de denúncias, caso estas envolvam membros da Alta Administração da Companhia.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

TIPO DE INCIDENTE CVM*	2021	2022	2023	TOTAL
DESVIOS DE BENS OU PRODUTOS		10	3	13
FRAUDES OU FAVORECIMENTOS INDEVIDOS	1	10	1	12
ATOS CONTRA A ADM. PÚBLICA				0
TOTAL	1	20	4	25

\*Dados extraídos da plataforma Aliant/ICTS que opera o canal de denúncias da Companhia.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item, até a presente data, considerando os riscos correspondentes e o volume de interações com entes públicos e agentes do governo, a Companhia entende que as disposições sobre o tema contidas no Código de Ética e Conduta são suficientes e funcionam como orientador e direcionador das condutas de representantes da Companhia em relação ao tema anticorrupção e suborno.

Apesar disso, informamos que uma Política Anticorrupção dedicada exclusivamente ao tema está em desenvolvimento e deverá ser submetida para apreciação do Conselho de Administração em 2024. A Administração alterou as prioridades ao longo do ano 2023 e a aprovação de políticas foi postergada para 2024.

## 5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia no último exercício social.



## 5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.